

A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro — 1992-95*

*José Graziano da Silva**
Mauro Eduardo Del Grossi****

Estas notas fazem parte de um projeto mais amplo de pesquisas denominado sinteticamente de Projeto Rurbano, que se propõe a explorar a relevância analítica dos cortes urbano-rural e agrícola-não agrícola, dentre outros, na configuração do recente desenvolvimento rural brasileiro.¹

Oficialmente, o corte rural-urbano adotado no País é definido segundo a sua localização geográfica pela legislação municipal vigente na data de coleta do último **Censo Demográfico** (1º de setembro de 1991):

“na situação **urbana** consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas. A situação **rural** abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites,

* Trabalho apresentado no XXV Encontro Nacional de Economia, ocorrido em Recife (dez./97).

** Professor Titular de Economia Agrícola do Instituto de Economia da UNICAMP e bolsista do CNPq.

*** Pesquisador do IAPAR (PR) e doutorando em Economia do IE/UNICAMP.

Os autores agradecem os comentários do Professor Rodolfo Hoffmann.

¹ É um projeto temático denominado Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95, que conta com financiamento parcial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Fazem parte da equipe pesquisadores e alunos de pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp, da Faculdade de Sociologia da UFRGS, da ESALQ/USP, da Faculdade de Economia da UFU, da Faculdade de Ciências Sociais da UFRN e da Faculdade de Administração da UFAL.

inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos" (Censo Demogr., 1994).

Graziano da Silva (SILVA, 1993) chamou atenção para o fato de que, nos anos 60 e 70, um contingente expressivo de trabalhadores rurais havia sido deslocado para a periferia das cidades, urbanizando, assim, grande parte da força de trabalho temporária residente nas fazendas, e que, nos anos 80, ao contrário, não só esse fluxo havia sido substancialmente reduzido (ou mesmo acabado em algumas regiões), como estava ocorrendo uma verdadeira urbanização do campo brasileiro através do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural.

Em um artigo recente, o autor confirmou esse grande crescimento das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro nos anos 80, em especial no Estado de São Paulo. Em 1990, por exemplo, de cada cinco pessoas residentes no meio rural paulista, apenas duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias. As outras três tinham um emprego em atividades não agrícolas, principalmente na indústria de transformação (agroindústrias), na prestação de serviços pessoais, na construção civil, no comércio e na prestação de serviços sociais (SILVA, 1997).

A sua conclusão foi que já não se podia mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário. Assim, por exemplo,

"o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não agrícolas — tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria — que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

"Podemos dizer que o mundo rural brasileiro não pode mais ser tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais. O meio rural ganhou, por assim dizer, novas funções e 'novos' tipos de ocupações:

propiciar lazer nos feriados e fins de semana (especialmente às famílias de renda média/baixa que têm transporte próprio), atra-

- vés dos pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de fins de semana, etc;
- dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas);
- desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o surgimento do ecoturismo, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas;
- abrigar um conjunto de ocupações tipicamente urbanas que estão proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural assegurada com a igualdade trabalhista obtida na Constituição de 1988 (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretarias, digitadores, trabalhadores domésticos)" (SILVA, 1997).

Os dados utilizados pelo autor para mostrar o crescimento do emprego não agrícola, no meio rural, nos anos 80 referiam-se basicamente às Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) dos anos de 1981, 1986 e 1990. As PNADs vêm adquirindo importância cada vez maior entre os pesquisadores brasileiros por se tratarem de uma das poucas fontes de dados de nível nacional que têm se mantido razoavelmente atualizadas. Ela é uma pesquisa amostral², com base no último **Censo Demográfico** disponível, que investiga, basicamente, as características demográficas e sócio-econômicas dos domicílios e dos indivíduos aí residentes.

Mas é preciso ressaltar que, a partir de 1992, as PNADs ampliaram tanto a sua cobertura temática (agregando temas como migração, fecundidade e nupcialidade) como o conceito de trabalho, visando captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada. Na nova classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação que passou a

² É por ser uma pesquisa de caráter amostral que os dados das PNADs são estimativas sujeitas a erros. O IBGE disponibilizou os coeficientes de variação desses erros para pessoas, famílias e domicílios, segundo a situação urbana e rural, e também para o total. Com isso, é possível utilizar o teste t de Student para verificar se as diferenças calculadas a partir das estimativas das PNADs de um ano para outro são, ou não, significativas, como indicado nas tabelas apresentadas neste texto. Ver a respeito, Hoffmann (1997).

ser adotada, definiram-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), e isolou-se uma categoria específica, que recebeu a denominação de trabalhadores domésticos, "(...) para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado" (Pesq. Nac. Amost. Domic., 1996). Além da inclusão das duas novas categorias citadas, o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não remunerado durante, pelo menos, uma hora na semana de referência (ou seja, 8 minutos e 34 segundos por dia) no lugar das 15 horas anteriormente exigidas.

Essas mudanças impossibilitam a comparação direta dos dados publicados das novas PNADs de 1992, 1993 e 1995 com as anteriores, introduzindo grandes dificuldades para compatibilizar a série dos dados recentemente disponibilizados com os dos anos 80. É por essa razão que, neste artigo, nos limitaremos a analisar apenas os dados das novas PNADs de 1992 e 1995, evitando qualquer comparação com os anos anteriores.³

1 - A PEA agrícola

Antes de mais nada, é preciso dizermos que a População Economicamente Ativa ocupada em atividades agrícolas — doravante denominada simplesmente de PEA agrícola — varia muito, conforme o período de referência que se considere para definição da atividade principal da pessoa entrevistada. As novas PNADs pesquisaram dois períodos de referência: o ano e a semana anterior à data do levantamento.⁴ Na Tabela 1, podemos observar que existem 19,3 milhões de pessoas que declararam ter

³ No âmbito do Projeto Rurbano, estamos desenvolvendo um algoritmo que procura compatibilizar os dados das novas PNADs com as anteriores. Todavia, até o momento, não logramos obter uma solução que fosse considerada satisfatória. Para maiores detalhes, ver Graziano da Silva e Del Grossi (SILVA, DEL GROSSI, 1997).

⁴ As novas PNADs dispõem de diferentes períodos de referência, de acordo com a questão a ser levantada. No caso, interessa-nos a semana de referência (última semana de setembro de 1992 e de 1995) e os 365 dias anteriores à data do levantamento (1º.10.91 a 30.09.92 e 1º.10.94 a 30.09.95) respectivamente.

na agricultura sua atividade principal⁵ durante o ano de 1995, número este que se reduz para 18,2 milhões de pessoas quando se considera a última semana de setembro. Ou seja, há quase um milhão e quinhentas mil pessoas no País como um todo que declararam a atividade agrícola como ocupação principal nos 365 dias anteriores à data da entrevista (outubro de 1994 a setembro de 1995) e, na semana de referência, estavam ocupadas em atividades não agrícolas, ou simplesmente não estavam ocupadas.

Esse número pode variar em função da data de referência e do período de tempo (ano, mês, semana) que se considere, dada a grande variação sazonal típica das atividades agrícolas. No caso das PNADs, essa data é a última semana de setembro, que é uma época de safras nas Regiões Sudeste e Sul, que concentram a maior parte da produção agropecuária do País. Supõe-se, portanto, que, nessa semana, um número maior de pessoas estejam ocupadas em atividades agrícolas que em outras épocas do ano. O inverso, porém, ocorre na Região Nordeste, onde é tempo de seca, o que reduz as atividades agrícolas ao mínimo necessário para a manutenção das criações e dos tratamentos culturais.

Note-se que também ocorre o contrário, mas com menor frequência: ou seja, na última semana de setembro de 1995, existiam 263 mil pessoas que não haviam tido a agricultura como atividade principal nos 365 dias anteriores, mas que, na semana da entrevista, estavam ocupadas em atividades agrícolas. Isso significa que há, no País, pelo menos 850 mil pessoas que oscilam entre atividades agrícolas e não agrícolas durante o ano. Para São Paulo, esse contingente é de 100 mil pessoas, e a proporção é semelhante: apenas 7% da PEA agrícola ocupada alterna atividades agrícolas e não agrícolas, tendo como referência a última semana de setembro, que é um ponto de pico de atividades agrícolas no Estado (safras da cana-de-açúcar e da laranja, plantio de culturas temporárias).

⁵ Nas PNADs anteriores a 1992, a ocupação principal era definida pelo trabalho remunerado ao qual a pessoa dedicou maior número de horas na semana de referência; nas novas, pelo maior tempo de ocupação nos 365 dias anteriores. Na verdade, são duas modificações simultâneas na definição da ocupação principal: troca-se o critério de remuneração pelo tempo de ocupação, e amplia-se o período de referência da semana para o ano anterior à data da pesquisa. Essas modificações tendem a afetar especialmente aqueles ramos de atividade nos quais é freqüente o trabalho não remunerado e/ou o trabalho precário, seja pela intermitência, seja pela baixa remuneração, como é o caso do pequeno comércio e da prestação de serviços pessoais, além da própria agricultura. Para maiores detalhes, ver Graziano da Silva e Del Grossi (SILVA, DEL GROSSI, 1997).

É interessante ainda observar que, para o Brasil, encontramos algumas taxas de crescimento negativas das pessoas que fazem essa combinação agrícola/não agrícola ao longo do ano. Já em São Paulo, essas taxas são todas positivas, indicando o maior dinamismo das atividades não agrícolas no meio rural paulista.

Como já vimos, na definição usual da PEA adotada pelo IBGE, toma-se como critério a última semana de setembro para o período de referência, o que também faremos a partir de agora, neste trabalho. A Tabela 2 apresenta a evolução da PEA agrícola e não agrícola para o Brasil e para São Paulo, segundo a situação do domicílio. Antes de mais nada, é preciso dizer que a PEA agrícola representava pouco mais de um quarto (26% para ser mais preciso) da PEA total em 1995, sendo que 73% dela residia no meio rural.

A Tabela 2 mostra que a PEA agrícola diminuiu no período 1992-95,⁶ sendo que o ritmo de queda dos trabalhadores agrícolas com residência urbana foi maior que o daqueles com domicílio rural, especialmente no caso do Estado de São Paulo. Note-se, porém, que a PEA rural cresceu a taxas expressivas nesse mesmo período, tanto para Brasil como para São Paulo. A razão para isso está no crescimento da PEA não agrícola residente no meio rural, que cresceu à expressiva taxa de 3,5% a.a. para o Brasil como um todo e de quase 10% a.a. para São Paulo. Em função disso, a proporção de trabalhadores rurais ocupados em atividades não agrícolas aumentou de 20,8% em 1992 para 22,8%, em 1995, no País como um todo e de 35,5% para 44,2%, no mesmo período, em São Paulo. Observe-se que, em 1995, o total de pessoas ocupadas residentes no meio rural representava 25% da PEA brasileira e pouco menos de 8% da do Estado de São Paulo.

Em resumo, o que segurou gente no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias *strictu sensu*, mas, sim, as ocupações não agrícolas: cerca de 384 mil pessoas encontraram em ocupações diversas, que pouco ou nada têm a ver com as tradicionais atividades agrícolas, novos postos de trabalho no campo, na primeira metade dos anos 90.

É importante alertar que os dados apresentados na Tabela 2 escondem a profunda heterogeneidade de que se revestem as relações de trabalho na

⁶ Na verdade, isso vem acontecendo desde 1986 (ano do Plano Cruzado), quando a PEA agrícola atingiu o seu máximo de 14,4 milhões de pessoas ocupadas durante 15 ou mais horas de trabalho na semana de referência, excluídas as pessoas que se dedicavam exclusivamente à produção para autoconsumo (SILVA, 1996).

agricultura brasileira. Como mostramos em outra oportunidade, quase um quinto (18%) da PEA agrícola em 1995 dedicava-se exclusivamente a atividades de autoconsumo, e a grande maioria era constituída de pessoas ocupadas em atividades não remuneradas (28%) e por conta própria (25%). Os trabalhadores considerados efetivamente empregados representavam apenas pouco mais de um quarto (26%) da PEA agrícola brasileira total em 1995 (SILVA, BALSADI, DEL GROSSI, 1997).

Vale a pena destacar, ainda, que houve um crescimento das pessoas ocupadas exclusivamente na produção para o próprio consumo, especialmente daqueles em tempo parcial (menos de 14 horas), que aumentaram em mais de 70 mil pessoas no Brasil, entre 1992 e 1995. Isso é muito importante, porque permite relativizar a idéia de que as pessoas ocupadas na produção para consumo próprio possam ser consideradas pessoas economicamente ativas como outras quaisquer e comparadas com as pessoas que se encontram formalmente empregadas, trabalhando 15 horas ou mais na semana. Esse é um tema que está por merecer uma melhor análise, possibilitada pela forma de agregação das novas informações das PNADs.

Assim, quando excluimos da PEA agrícola aqueles que trabalharam somente para seu próprio autoconsumo, o número de ocupados em atividades agrícolas cai em quase 360 mil pessoas entre 1992 e 1995. Mas, se também só considerarmos os não remunerados que declararam trabalhar 15 horas e mais, veremos que a queda dos ocupados em atividades agrícolas é ainda maior: cerca de 460 mil pessoas, o que representa uma taxa de crescimento de -1% a.a. para o Brasil e de -4,6% para o Estado de São Paulo. Ou seja, a queda mais rápida da PEA agrícola ocupada em tempo integral (15 horas ou mais na semana) pode ser explicada pelo crescimento das pessoas ocupadas em tempo parcial, ou seja, aquelas que declaram trabalhar menos de 15 horas na semana de referência, que aumentou em mais de 380 mil pessoas no período considerado. Note-se que todas as categorias da PEA até 14 horas aumentaram no período, com destaque para os empregados, que cresceram a uma taxa de 16,6% a.a., e para os trabalhadores agrícolas não remunerados, que aumentaram a uma taxa de 6,2% a.a., o que representou mais de 60 mil no final do período 1992-95 (SILVA, 1996).

Esse é mais um indicativo da importância que vêm assumindo as atividades agrícolas em **tempo parcial** no meio rural brasileiro. Em resumo, podemos dizer que as atividades agropecuárias já se constituem numa atividade de tempo parcial para um contingente expressivo de trabalhadores em

nosso País. E não é apenas porque as atividades agrícolas não demandam todo o tempo de trabalho disponível das famílias rurais: é também porque as atividades agrícolas não geram renda suficiente para todas as pessoas nelas ocupadas em tempo integral, que também deveriam ser consideradas como parte dos subocupados (SILVA, 1997).

2 - O crescimento do emprego não agrícola no meio rural brasileiro

Até aqui, tratamos da PEA agrícola com residência urbana e rural e pudemos constatar que a queda do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas não implicou uma redução da PEA rural, ou seja, daquelas pessoas ocupadas em atividades agrícolas ou não agrícolas que residem nas zonas rurais dos municípios brasileiros. A partir de agora, vamos procurar identificar melhor quem são essas pessoas.

Podemos observar na Tabela 3 que quase a metade delas se localiza na Região Nordeste. Mas, em termos relativos, é a Região Sudeste que possui uma proporção maior da população ocupada em atividades não agrícolas no meio rural e também a que apresenta a maior taxa de crescimento das pessoas ocupadas nessas atividades no período que estamos analisando. Chama atenção, também, a Região Sul, que tem uma proporção de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas inferior à média nacional. E é justamente o Sul que tem uma população residente em pequenas propriedades na zona rural e também um tipo de industrialização que, se não podemos chamar de difusa, é, sem dúvida, menos concentrada do que a da Região Sudeste.

Essas características da Região Sul deveriam favorecer a combinação clássica do operário-camponês⁷, uma forma de pluriatividade típica de regiões de pequenas propriedades rurais e com um padrão de industrialização menos concentrado (SARACENO, 1997). As razões desse

⁷ Ver a respeito, Schneider (1995) e Anjos (1995).

menor peso das atividades não agrícolas na Região Sul é uma temática que está por merecer uma investigação mais aprofundada.⁸

A Tabela 4 apresenta as principais atividades não agrícolas exercidas pela população ocupada residente em áreas rurais. As de prestação de serviços pessoais são as que mais se sobressaem, ocupando mais de um milhão e cem mil pessoas em todo o País, em 1995. Seguem, em ordem de importância, as atividades da indústria de transformação, que ocupava quase 800 mil pessoas, e, em menor escala, as do comércio de mercadorias, as de serviço social⁹ e as da construção civil, com cerca de 500 mil pessoas cada. Note-se que, agregando-se os ocupados nos diversos ramos de serviços, se obtém mais da metade das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas e residentes em áreas rurais no País, em 1995.

É importante destacar o crescimento significativo das pessoas ocupadas na construção civil, no comércio, nos serviços e na Administração Pública no Brasil. Já no Estado de São Paulo, a indústria de transformação, a construção civil e os serviços sociais são os que têm crescimentos significativos nos primeiros anos da década de 90. Nesse estado, os setores serviços e comércio, embora importantes, tiveram um crescimento não significativo e só mantiveram o contingente herdado da década anterior.

A Tabela 5 apresenta as mesmas pessoas residentes nas áreas rurais ocupadas em atividades não agrícolas, classificadas segundo o setor de atividade que exerciam. O setor agrupa diferentes ocupações de um determinado ramo de atividade, como, por exemplo, o caixa e o gerente de um banco, que são, então, classificados como "serviços financeiros". Como podemos ver pelos dados apresentados, a população rural ocupada em atividades não agrícolas concentra-se em setores que, em sua maior parte,

⁸ No âmbito do Projeto Rurbano, estão sendo desenvolvidas quatro teses de doutoramento relacionadas a essa temática, a saber: a de Lauro Mattei, **Pluriatividade e Pequena Produção em Santa Catarina: a Evolução da Composição da Renda Familiar, 1992/95** (orientador Prof. José Graziano da Silva); a de Mauro Del Grossi, **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural no Paraná** (orientador Prof. José Graziano da Silva); a de Sérgio Schneider, **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul** (orientador Prof. Zander Navarro); e a de Marcelino de Souza, **Pluriatividade e Identidade dos Pequenos Produtores no Oeste do Paraná** (orientadora Prof^a. Sonia Bergamasco).

⁹ Em 1995, mais de 70% das pessoas ocupadas nesse item exerciam atividades em estabelecimentos de ensino público; e outras 8%, em serviços de saúde pública. O restante distribuía-se em serviços assistenciais, organizações esportivas, clínicas e estabelecimentos de ensino privado.

exigem baixa qualificação, tais como serviços domésticos, construção civil, pequeno comércio de alimentos, etc.

Vale a pena chamarmos atenção para a importância do setor público na geração de ocupações não agrícolas, seja através da Administração Pública, seja através dos serviços sociais prestados. No Brasil, eles já somavam 200 mil pessoas em 1995 (Tabela 4), indicando uma faceta fundamental da "urbanização do meio rural", que é o acesso aos serviços públicos. Na verdade, a questão do acesso aos serviços públicos é um item tão importante que, nos países desenvolvidos, como nos EUA (RURAL..., 1997), tem sido um dos critérios auxiliares utilizados para definir se uma determinada área é rural ou urbana.

A Tabela 6 mostra a distribuição da PEA rural não agrícola segundo as principais ocupações. Note-se que pelo menos metade da população rural não agrícola é constituída por empregados domésticos, pedreiros ou seus serventes, prestadores de serviços gerais, vendedores, motoristas, alfaiates, etc., todas elas ocupações que exigem baixo nível de qualificação.

Não podemos querer generalizar indiscriminadamente essa afirmação da baixa qualificação profissional, já que ocorrem ocupações com níveis médio e elevado de qualificação, mas sempre com baixa frequência nas amostras das PNADs. No Estado de São Paulo, por exemplo, destaca-se o crescimento das ocupações ligadas à construção civil e ao pequeno comércio: ajudante de pedreiro e ambulante. Já para o Brasil, o crescimento dos serviços domésticos (inclusive diaristas) tem um comportamento similar ao das ocupações já citadas.

Essa grande participação dos serviços domésticos nas atividades não agrícolas no meio rural aponta, a nosso ver, três características distintas, mas não necessariamente excludentes: (a) a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, onde os atributos ligados à resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho agrícola não qualificada; (b) o crescimento das moradias de altas rendas nas zonas rurais, seja como chácara de fim de semana, seja como condomínios de alto padrão para as famílias que procuram uma qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos; (c) o crescimento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas, mas reside na

zona rural em função das facilidades que encontram para conseguir um terreno mais barato e a ausência de restrições legais para a autoconstrução¹⁰.

Até aqui analisamos apenas a **ocupação principal** das pessoas residentes no meio rural, sem considerar as suas ocupações secundárias. No caso das pessoas ocupadas em mais de uma atividade na semana de referência, as novas PNADs adotaram como critério definir a ocupação principal como aquela que teve maior tempo de permanência durante os últimos 365 dias, ou, em caso de empate, o maior tempo dedicado na própria semana de referência.

A Tabela 7 mostra o conjunto das pessoas que têm uma atividade secundária ligada à agricultura segundo o local de residência e a ocupação principal, se agrícola, ou não. No ano de 1995, havia pouco mais de um milhão de pessoas com trabalho secundário na agricultura, das quais 60% tinham também na agricultura a sua atividade principal; e existiam outras 400 mil pessoas que possuíam como principal uma atividade não agrícola, mas tinham uma atividade secundária na agricultura. É interessante notar, ainda, que quase 280 mil pessoas que declararam exercer uma ocupação secundária na agricultura tinham domicílio urbano; se a elas acrescentarmos as 4,835 milhões de pessoas que também residiam em áreas urbanas e declararam ter na agricultura sua atividade principal, teremos que mais de cinco milhões de pessoas residiam em centros urbanos, mas tinham uma ocupação agrícola no País, em 1995.¹¹

No Estado de São Paulo, chama atenção o crescimento das pessoas que têm na agricultura tanto a sua atividade principal como a secundária. Mas há que se notar que, em termos absolutos, o total de pessoas que tinham na agricultura paulista sua ocupação principal e também uma ocupação secundária saltou de 10 mil para 19 mil entre 1992 e 1995, ou seja, um aumento inferior a 10 mil pessoas; assim, embora os testes mostrem que a variação é significativa, a experiência de manipular pesquisas amostrais como as PNADs recomenda precaução na interpretação de variações absolutas tão pequenas.

Vejamos agora quais são essas ocupações secundárias das pessoas que declararam ter na agricultura a sua atividade principal. Como ilustra a

¹⁰ Essa é uma das razões principais para a proliferação dos loteamentos clandestinos nas periferias dos centros urbanos.

¹¹ Para um detalhamento desses cortes rural e urbano, ver Graziano da Silva (SILVA, 1997).

Tabela 8, dos 18,154 milhões de pessoas ocupadas que tinham na agricultura sua atividade principal na última semana de setembro de 1995 (Ver Tabelas 1 e 2), 937 mil, ou seja, pouco mais de 5% da PEA agrícola, declararam ter também uma ocupação secundária. Destes, apenas pouco mais de um terço (334 mil) afirmou estar ocupado em atividades não agrícolas; e a grande maioria (603 mil) declarou ter uma ocupação secundária também ligada à agricultura.

Em outras palavras, dos 18 milhões de pessoas que compunham a PEA agrícola, quando tomamos como período de referência a última semana de setembro de 1995, cerca de 736 mil combinavam atividades agrícolas com atividades não agrícolas nessa semana. Note-se, ainda, que, tanto no Brasil como em São Paulo, as taxas de crescimento das ocupações secundárias das pessoas que tinham na agricultura sua atividade principal são bastante elevadas e quase todas significativas. Isso mostra como é crescente a busca de outras atividades pela população rural ocupada na agricultura, para elevar suas rendas.

3 - Resumo e conclusões

Este artigo analisa as tendências da evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro a partir dos dados das novas PNADs de 1992 e de 1995.

É importante ressaltar que foram introduzidas importantes modificações conceituais nas novas PNADs, o que impossibilitou a comparação dos resultados aqui obtidos com trabalhos anteriores, que se utilizaram das PNADs dos anos de 1981 a 1990.

Os indicadores anteriormente apresentados permitiram evidenciar a crescente importância da combinação das atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural brasileiro, nos anos 90. A análise da População Economicamente Ativa das PNADs de 1992 e 1995 mostra a presença de um considerável contingente de mão-de-obra rural ocupada em atividades não agrícolas, já perfazendo quase um quarto da PEA com domicílio rural. Os dados evidenciam, ainda, que esse contingente teve taxas de crescimento significativas na primeira metade desta década. Confirma-se, assim, a tendência já verificada anteriormente, nos anos 80, de um crescimento das pessoas

ocupadas em atividades não agrícolas residentes no meio rural, compensando, em certo sentido, a queda da PEA agrícola.

Essa dinâmica de migração profissional para postos não agrícolas da população rural evidencia, por um lado, a baixa oferta de trabalho especificamente agrícola e, de outro, a busca de ocupações monetarizadas e com maior rendimento pela população rural. As principais ocupações dessa população rural não agrícola estão ligadas à prestação de serviços, à indústria de transformação, ao comércio e à construção civil. Via de regra, são postos de trabalho que exigem um baixo nível de qualificação profissional.

A população rural não agrícola brasileira localiza-se principalmente nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Na Região Centro-Oeste, embora seu contingente seja relativamente menor, observa-se um crescimento significativo nessa parcela da população.

Na verdade, os números aqui apresentados não permitem captar, ainda, toda a dimensão da pluriatividade — entendida aqui como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas — no Brasil, já que, para isso, seria necessário analisarmos as famílias residentes no meio rural. Ao tomarmos a família como unidade de análise, podemos observar a combinação de atividades agrícolas e atividades não agrícolas dos seus membros, o que não podemos fazer com os dados individualizados das pessoas. Ou seja, para estimarmos a real dimensão que já assume a pluriatividade no meio rural brasileiro, é preciso analisarmos as ocupações de todos os membros das famílias que aí residem, de modo a identificarmos aqueles que se dedicam também a atividades não agrícolas em determinadas épocas do ano. A tabulação dos dados das PNADs por família e segundo a situação do domicílio é uma das próximas etapas do Projeto Rurbano.

Tabela 1

Condição e setor de atividade das pessoas ocupadas na agricultura, segundo os períodos de referência da PNAD, no Brasil e em São Paulo — 1992-95

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	BRASIL		
	Número em 1995 (1 000 pessoas)	Composição % em 1995	Taxa de Crescimento 1992-95 (% a.a.)
Atividade agrícola na semana (1)	18 154	100,0	(2) -0,6
Atividade agrícola no ano	17 891	98,6	(3) -0,5
Atividade não agrícola no ano	263	1,4	(2) -6,6
Atividade agrícola no ano (4)	19 343	100,0	(2) -0,6
Atividade agrícola na semana	17 891	92,5	(3) -0,5
Atividade não agrícola na semana	386	2,0	0,3
Desocupados na semana	189	1,0	3,4
Inativos na semana	877	4,5	(2) -3,4
CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	SÃO PAULO		
	Número em 1995 (1 000 pessoas)	Composição % em 1995	Taxa de Crescimento 1992-95 (% a.a.)
Atividade agrícola na semana (1)	1 303	100,0	(2) -4,2
Atividade agrícola no ano	1 259	96,6	(2) -4,3
Atividade não agrícola no ano	44	3,4	2,0
Atividade agrícola no ano (4)	1 431	100,0	(2) -3,6
Atividade agrícola na semana	1 259	88,0	(2) -4,3
Atividade não agrícola na semana	57	4,0	3,1
Desocupados na semana	38	2,7	4,6
Inativos na semana	77	5,4	1,9

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1992). Rio de Janeiro: IBGE. Tab.4.34

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1995). Rio de Janeiro: IBGE. Tab.4.34

(1) Consiste nas pessoas ocupadas na agricultura, na semana de referência da pesquisa (24.09.95 a 30.09.95). (2) Valores significativos ao nível de 90%. (3) Valores significativos ao nível de 80%. (4) Pessoas ocupadas na agricultura nos 365 dias anteriores à data de referência (1º.10.94 a 30.09.95).

Tabela 2

PEA ocupada, segundo a situação do domicílio e o setor de atividade, no Brasil e em São Paulo — 1992 e 1995

DISCRIMINAÇÃO	PEA AGRÍCOLA			PEA NÃO AGRÍCOLA			TOTAL		
	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
Brasil									
1992 (1 000 pessoas)	13 515	4 984	18 500	3 546	43 350	46 895	17 061	48 334	65 395
1995 (1 000 pessoas)	13 320	4 834	18 154	3 930	47 545	51 474	17 249	52 379	69 629
Taxa de crescimento 1992-95 (% a.a.)	-0,5	(1) -1,0	(2) -0,6	(2) 3,5	(2) 3,1	(2) 3,2	0,4	(2) 2,7	(2) 2,1
São Paulo									
1992 (1 000 pessoas)	713	766	1 479	395	12 123	12 318	1 108	12 889	13 997
1995 (1 000 pessoas)	660	643	1 303	523	13 328	13 850	1 183	13 971	15 154
Taxa de crescimento 1992-95 (% a.a.)	-2,5	(2) -5,7	(2) -4,1	(2) 9,8	(2) 3,2	(2) 3,4	2,2	(2) 2,7	(2) 2,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO Rurbano. CAMPINAS : UNICAMP/IE/Núcleo de Economia Agrícola. (Tabulações Especiais).

(1) Valores significativos ao nível de 20%. (2) Valores significativos ao nível de 10%.

Tabela 3

População rural ocupada, segundo o setor da atividade principal que exerce, no Brasil e nas regiões — 1992-95

REGIÕES	SETORES DE ATIVIDADE			PARTICIPAÇÃO % B/C	TAXA DE CRESCIMENTO DE C EM 1992-95 (% a.a.)
	Agrícola (1 000 pessoas) (A)	Não Agrícola (1 000 pessoas) (B)	Total (1 000 pessoas) (C)		
Norte (1)	137	50	187	27	4,0
Nordeste	6 774	1 730	8 504	20	1,9
Sudeste	2 817	1 254	4 071	31	(2) 6,7
Sul	2 750	666	3 416	19	1,3
Centro-Oeste ..	841	230	1 072	21	(2) 5,6
Brasil (1)	13 320	3 930	17 249	23	(2) 3,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO Rurbano. CAMPINAS : UNICAMP/IE/Núcleo de Economia Agrícola. (Tabulações Especiais).

(1) Exceto a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP, que não é levantada pelas PNADs. (2) Valores significativos ao nível de 10%.

Tabela 4

Pessoas residentes em domicílios rurais, ocupadas em ramos de atividades não agrícolas, no Brasil e em São Paulo — 1992-95

BRASIL			
RAMOS DE ATIVIDADES	Número em 1995 (1 000 pessoas)	Composição % de 1995	Taxa de Crescimento 1992-95 (% a.a.)
Indústria de transformação	790	20,1	0,6
Indústria da construção civil	419	10,7	(1) 8,0
Outras atividades industriais	121	3,1	1,5
Comércio de mercadorias	528	13,4	(1) 4,6
Prestação de serviços	1 110	28,2	(1) 4,2
Serviços Aux. Ativ. Econ.	64	1,6	5,1
Transporte ou comunicação	146	3,7	0,3
Serviços sociais	514	13,1	2,4
Administração Pública	200	5,1	(1) 7,1
Outras atividades	37	0,9	-0,2
TOTAL	3 930	100,0	(1)3,5

SÃO PAULO			
RAMOS DE ATIVIDADES	Número em 1995 (1 000 pessoas)	Composição % em 1995	Taxa de Crescimento 1992-95 (% a.a.)
Indústria de transformação	129	24,7	(1) 12,6
Indústria da construção civil	62	11,9	(1) 27,2
Outras atividades industriais	6	1,2	-10,1
Comércio de mercadorias	56	10,7	11,3
Prestação de serviços	169	32,3	4,2
Serviços Aux. Ativ. Econ.	7	1,4	15,2
Transporte ou comunicação	20	3,8	-8,7
Serviços sociais	46	8,8	(1) 25,5
Administração Pública	20	3,9	8,1
Outras atividades	6	1,2	5,0
TOTAL	523	100,0	(1) 9,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS. PROJETO Rurbano. CAMPINAS : UNICAMP/IE/Núcleo de Economia Agrícola. (Tabulações Especiais).

(1) Valores significativos ao nível de 90%.

Tabela 5

Principais setores de atividade da PEA não agrícola residente nas áreas rurais,
no Brasil e em São Paulo — 1992-95

BRASIL			
SETORES DE ATIVIDADES	Número em 1995 (1 000 pessoas)	Composição % em 1995	Taxa de Crescimento 1992-95 (% a.a.)
Serviços domésticos	620	15,8	(1) 6,8
Construção	419	10,7	(1) 8,0
Ensino público	359	9,1	0,4
Comércio de alimentos	231	5,9	(1) 7,2
Indústria de alimentos	175	4,4	-0,4
Indústria de transformação	151	3,9	0,1
Restaurantes	137	3,5	2,5
Alfaiataria	126	3,2	-4,1
Comércio ambulante	121	3,1	(1) 8,2
Administração municipal	118	3,0	(1) 7,8
Subtotal	2 457	62,5	(1) 4,2
TOTAL	3 930	100,0	(1) 3,5

SÃO PAULO			
SETORES DE ATIVIDADES	Número em 1995 (1 000 pessoas)	Composição % em 1995	Taxa de Crescimento 1992-95 (% a.a.)
Serviços domésticos	110	21,1	5,4
Construção	62	11,9	(1) 27,2
Ensino público	10	2,0	2,8
Comércio de alimentos	14	2,7	(2) 26,0
Indústria de alimentos	29	5,5	-1,8
Indústria de transformação	18	3,5	8,6
Restaurantes	18	3,4	0,2
Alfaiataria	5	0,9	6,2
Comércio ambulante	15	2,9	(1) 56,4
Administração municipal	10	2,0	-2,2
Subtotal	293	56,0	(2) 9,6
TOTAL	523	100,0	(1) 9,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO Rurbano. CAMPINAS : UNICAMP/IE/Núcleo de Economia Agrícola. (Tabulações Especiais).

(1) Valores significativos ao nível de 90%. (2) Valores significativos ao nível de 80%.

Tabela 6

Principais ocupações da PEA não agrícola residente na área rural, no Brasil e em São Paulo — 1992-95

OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	BRASIL		
	Número em 1995 (1 000 pessoas)	Composição % em 1995	Taxa de Crescimento 1992-95 (% a.a.)
Empregado doméstico	491	12,5	(1) 6,2
Pedreiro	215	5,5	(2) 4,7
Serviços por conta própria	183	4,6	1,3
Professor primário	180	4,6	1,9
Balconista e atendente	154	3,9	4,6
Ajudante de pedreiro	132	3,4	(1) 11,0
Motorista	128	3,3	0,0
Servente faxineiro	121	3,1	-4,2
Ajudante — diversos	108	2,8	-1,9
Costureiro e alfaiate	95	2,4	-2,8
Forneiro em olaria	79	2,0	(2) -6,4
Ambulante — outros	78	2,0	(1) 14,2
Diversos	78	2,0	-4,9
Ajudante administrativo	47	1,2	-5,0
Diarista doméstica	48	1,2	(2) 8,9
Subtotal	2 042	52,0	(1) 2,4
TOTAL	3 930	100,0	(1) 3,5

OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	SÃO PAULO		
	Número em 1995 (1 000 pessoas)	Composição % em 1995	Taxa de Crescimento 1992-95 (% a.a.)
Empregado doméstico	86	16,5	4,4
Pedreiro	31	6,0	13,1
Serviços por conta própria	12	2,3	(2) 23,5
Professor primário	3	0,6	26,3
Balconista e atendente	11	2,1	-2,2
Ajudante de pedreiro	19	3,7	(1) 33,9
Motorista	21	4,0	-4,5
Servente faxineiro	8	1,5	(1) -26,1
Ajudante — diversos	17	3,2	17,4
Costureiro e alfaiate	5	0,9	0,0
Forneiro em olaria	11	2,1	2,5
Ambulante — outros	10	2,0	(1) 63,4
Diversos	6	1,1	(2) -22,3
Ajudante administrativo	12	2,3	2,6
Diarista doméstica	12	2,3	2,5
Subtotal	265	50,7	4,6
TOTAL	523	100,0	(1) 9,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO Rurbano. CAMPINAS: UNICAMP/IE/Núcleo de Economia Agrícola. (Tabulações Especiais).

(1) Valores significativos ao nível de 10%. (2) Valores significativos ao nível de 20%.

Tabela 7

Pessoas com ocupação secundária na agricultura, segundo a ocupação principal e a situação do domicílio, no Brasil em em São Paulo — 1992-95

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	BRASIL			SÃO PAULO		
	Agrícola	Não Agrícola	Total	Agrícola	Não Agrícola	Total
Rural						
Número em 1995 (1 000 pessoas)	521	206	727	15	5	20
Composição percentual em 1995	71,7	28,3	100,0	76,0	24,0	100,0
Taxa de crescimento 1992-95 (% a.a.)	2,9	0,6	2,2	(1) 39,5	-7,4	18,5
Urbano						
Número em 1995 (1 000 pessoas)	82	197	279	4	15	19
Composição percentual em 1995	29,5	70,5	100,0	20,8	79,2	100,0
Taxa de crescimento 1992-95 (% a.a.)	(1) 7,4	3,1	(1) 4,3	-5,6	-7,4	-7,0
Total						
Número em 1995 (1 000 pessoas)	603	402	1 006	19	20	39
Composição percentual em 1995	60,0	40,0	100,0	49,0	51,0	100,0
Taxa de crescimento 1992-95 (% a.a.)	(1) 3,5	1,8	(1) 2,8	(1) 22,7	-7,8	2,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO Rurbano. CAMPINAS : UNICAMP/IE/Núcleo de Economia Agrícola. (Tabulações Especiais).

(1) Valores significativos ao nível de 20%.

Tabela 8

Principais setores das ocupações secundárias das pessoas que têm na agricultura sua atividade principal, no Brasil e em São Paulo — 1992-95

SETORES DE TRABALHO SECUNDÁRIO	BRASIL		
	Número em 1995 (1 000 pessoas)	Composição % em 1995	Taxa de Crescimento 1992-95 (% a.a.)
Agrícola	603	64,4	(1) 3,5
Não agrícola	334	35,6	(2) 3,1
Comércio de alimentos	56	6,0	-4,9
Construção	47	5,0	(1) 13,6
Restaurantes	23	2,4	6,1
Comércio ambulante	22	2,3	(1) 17,6
Administração municipal	16	1,7	(1) 28,8
Outros	171	18,3	0,6
TOTAL	937	100,0	(1) 3,3

SETORES DE TRABALHO SECUNDÁRIO	SÃO PAULO		
	Número em 1995 (1 000 pessoas)	Composição % em 1995	Taxa de Crescimento 1992-95 (% a.a.)
Agrícola	21	37,5	(1) 26,1
Não agrícola	36	64,3	(1) 19,7
Comércio de alimentos	1	1,4	-
Construção	2	2,9	-
Restaurantes	1	1,4	-
Comércio ambulante	-	-	-
Administração municipal	-	-	-
Outros	33	58,6	-
TOTAL	56	100,0	(2) 21,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO Rurbano. CAMPINAS : UNICAMP/IE/Núcleo de Economia Agrícola. (Tabulações Especiais).

(1) Valores significativos ao nível de 10%. (2) Valores significativos ao nível de 20%.

Bibliografia

- ANJOS, Flávio Sacco dos (1995). **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas : Universitária.
- CENSO DEMOGRAFICO 1991: Brasil (1994). Rio de Janeiro : IBGE.
- DEL GROSSI, M.E. (1996). Transformações no meio rural paranaense . In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., Aracaju (1996). **Anais...** Aracaju : SOBER. v.1, p.51-70.
- FORÇA de trabalho na agricultura paulista (1996). São Paulo : SEADE. (Análises & Ensaios; v.3).
- HOFFMANN, R. (1997). Precisão dos resultados da Pnads e a determinação de mudanças estatisticamente significativas. Campinas : UNICAMP/IE . 3p. (dat.).
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIOS (1992, 1995). Rio de Janeiro : IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIOS: síntese de indicadores 1995 (1996). Rio de Janeiro : IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIOS: síntese de indicadores 1993 (1996). Rio de Janeiro : IBGE. .
- RURAL areas show signs of revitalization (1997). **Rural Condition and Trends**, Washington : USDA/Economic Research Service, v.7, n.3, p.4-7, Feb.
- SARACENO, E. (1997). Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: a european experience. FAO/ONU. (Seminário Internacional: Interrelación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado, Mexico, Taxco, abril).
- SCHNEIDER, S.(1995). As transformações recentes da agricultura familiar no RS: o caso da Agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n.1, p.105-129.
- SILVA, J. Graziano da (1997). O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte : CEDEPLAR, v.7, n.1, p.43-81, maio.
- SILVA, J. Graziano da (1997a). Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., Natal. **Anais...** Natal : SOBER. p.145-163.

- SILVA, J. Graziano da et al. (1996). Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo : SEADE, v. 10, n.2, p.60-72, abr./jun.
- SILVA, J. Graziano da, DEL GROSSI, M. E. (1997). A mudança do conceito de trabalho nas novas Pnads. **Economia e Sociedade**, Campinas : UNICAMP/IE, n.8, p.1-16, jun.
- SILVA, J. Graziano da.(1993). A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo : SEADE, v.7, n.3, p.2-10, jul./set. (Republicado em: SILVA, Graziano J. (1996). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas : UNICAMP/IE. 217p.
- SILVA, J. Graziano da.(1994). Evolução do emprego rural na década de oitenta. In: O MUNDO do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo : Scritta. p.619-640.
- SILVA, J. Graziano da., BASALDI, O., DEL GROSSI, M. E. (1997). O emprego rural e a "comoditização" do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo : SEADE, v.11, n.2, abr./jun. (no prelo)